AÇÕES

- Ampliar as unidades da Universidade Aberta nos Municípios piauienses;
- Implementar as diretrizes operacionais para a educação básica no campo;
- Ampliar as vagas do sistema EJA;
- Disponibilizar em mídia pública (periódicos, tv e rádios públicas) prestação de contas dos recursos aplicados na educação;
- Construção de escolas de ensino infantil, fundamental e médio nas comunidades rurais, fortalecendo o sistema de transporte escolar nas mesmas;
- Ampliação da política de cotas para estudantes de escola pública e filantrópica, num percentual de 50%, por curso e por turno na UESPI.

2.1.2 Formação para o trabalho e garantia de emprego e renda

DIAGNÓSTICO

A juventude piauiense corresponde a 65,48%* da população economicamente ativa do Estado tendo ainda sua atuação profissional e laboral completamente precária em números, desse exército de meninos e meninas que produzem divisas, apenas 30,42%* têm carteira assinada e outros 4,58%* são os militares e funcionários públicos, todo o restante, ou seja, 65%* vive na informalidade desamparados por qualquer instrumento legal.

As causas do desemprego juvenil são várias, tendo como principal a recessão econômica que castiga o País há mais de duas décadas. Todavia o Poder Público não pode esperar pela recuperação econômica para resolver o problema do desemprego juvenil, visto que a falta de ocupação e o subemprego, muitas vezes, resulta na marginalidade que encoraja a delinqüência nas periferias das metrópoles brasileiras.

Para resolver tais problemas, o Poder Público deve agir no sentido de criar programas de geração de emprego e renda para os jovens, a exemplo do Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego, criado pela Lei nº 10.748, de 22 de outubro de 2003, bem como incentivar o empreendedorismo juvenil na forma de instituição de linhas de crédito especiais para esse segmento da população.

Outra causa importante do desemprego entre os jovens é a baixa escolaridade, pois quanto menor a escolaridade, maior a precariedade do trabalho oferecido aos jovens.

*Dados retirado da pesquisa do IBGE – A juventude piauiense em números – 2007.

OBJETIVOS E METAS

1. Garantir a participação juvenil na elaboração das políticas públicas nas áreas de trabalho, emprego e renda;
2. Ampliar a permanência do jovem na escola, a fim de que ele possa cursar o ensino público regular até a conclusão de cursos de ensino médio, de educação superior ou de educação profissional;
3. Oferecer ao jovem programas de bolsa-trabalho, na qual as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento social do beneficiário prevaleçam sobre o aspecto produtivo exigido;
4. Instituir um plano de formação continuada, por meio de cursos de curta, média e longa duração organizados em módulos seqüenciais e flexíveis, que constituam itinerários formativos correspondentes a diferentes especialidades ou ocupações pertencentes aos vários setores da economia;
5. Priorizar uma formação profissional progressiva e contínua visando à formação integral do jovem quanto à escolaridade, à profissionalização e à cidadania, com reconhecimento de potencialidades pessoais, culturais e artísticas e estímulo ao protagonismo juvenil, de modo a garantir-lhe o efetivo ingresso no mundo do trabalho, nos mercados locais e regionais;
6. Estabelecer mecanismos de controle social de recursos aplicados em formação profissional por meio de conselhos municipais de juventude, utilizando seus respectivos fundos;
7. Identificar e estimular diferentes experiências de profissionalização de jovens para expansão das iniciativas bem sucedidas e articulação das ações;
8. Garantir a formação profissional de jovens da zona rural, com gestão participativa dos atores sociais nela envolvidos, de forma a possibilitar a organização da produção no campo, na perspectiva do desenvolvimento sustentável e do acesso à cultura;
9. Articular políticas de formação profissional como as voltadas ao primeiro emprego e à renda, estabelecendo cotas para afrodescendentes e mulheres;
10. Ampliação do PROJOVEM;
11. Ampliar o envolvimento das empresas nas ações de formação profissional, visando à geração de oportunidades de trabalho aos jovens;
12. Desburocratizar o acesso aos microcréditos para jovens, mediante projeto ou plano de negócios;
13. Acompanhar e monitorar os jovens que se beneficiam dos programas públicos de emprego e renda;
14. Promover ações que visem à interiorização do turismo com base na economia solidária, aproveitando a mão-de-obra juvenil;
15. Disponibilizar cursos de formação profissional para os jovens portadores de deficiência;
16. Promover o turismo sustentável e reprimir a prática do turismo sexual, notadamente visando crianças e adolescentes.

AÇÕES

- Criar grupo intersetorial garantindo a participação do CEDJUV para acompanhar a execução do PROJOVEM;
- Revitalizar o Programa Primeiro Emprego;
- Promover programas de formação em associativismo e cooperativismo que estimulem a organização dos jovens nesses espaços e desburocratizem os processos necessários para a criação de Associações e Cooperativas, promovendo as redes de economia solidária, nas quais serão privilegiadas a participação coletiva, autogestão, democracia, igualitarismo, cooperação e intercooperação, auto-sustentação, promoção do desenvolvimento humano, responsabilidade social e preservação do equilíbrio dos ecossistemas.

2.2 BEM-ESTAR JUVENIL

2.2.1 Promover a saúde integral do jovem

DIAGNÓSTICO

Os problemas de saúde mais prevalentes entre os jovens são um misto de fatores psicossociais, ligados à sexualidade, à violência e/ou abuso de drogas.

Os padrões de morbidade entre os jovens identificados pelo Ministério da Saúde (dados de 2001) são muito diferentes para os dois sexos. A maior causa de internações do sexo masculino, de 10 a 24 anos (24,53% em 2001) é devida a lesões, envenenamento e conseqüências de causas externas. Já as mulheres da mesma faixa etária são internadas em 77,28 % das vezes em virtude de gravidez, parto e puerpério:

Gravidez na adolescência – segundo o IBGE, de 1980 a 2000, aumentou em 15% o índice de gravidez na adolescência na faixa de 15 a 19 anos. Essa é a única faixa etária que vem apresentando aumento de fecundidade no País. Isso é mais evidente nas camadas mais pobres da população. Cerca de 700 mil mulheres de 10 a 19 anos tornam-se mães a cada ano, 26% do total de partos são feitos em mulheres desta faixa etária.

Abortos – são internadas, por dia, quase 150 adolescentes entre 10 e 19 anos em virtude de abortos provocados. Essa é a quinta maior causa de internação de jovens em unidades do Sistema Único de Saúde. Dois fatos preocupantes são a tendência de fazer abortos em estado adiantado de gravidez, quando os riscos são muito maiores, e a grande tendência de engravidar novamente.

Aids – de 1980 até 2002 foram registrados quase 5.600 casos em adolescentes de 13 a 19 anos, sendo que as meninas constituem 63% desse grupo. A faixa etária mais acometida pela doença é a de 25 a 35 anos, porém o vírus HIV pode permanecer silencioso no organismo por até dez anos.

Violência – cerca de 70% dos óbitos na faixa de 15 a 24 anos são resultantes de causas externas.

A relação entre uso de drogas e acidentes ou situações de violência demonstra a exposição das pessoas a comportamentos de risco. Nos últimos oito anos, acidentes e violência são a primeira causa de morte no grupo de 10 a 49 anos de idade:

Consumo de álcool – dados do DATASUS de 2001 mostram 84.467 internações para tratamento de problemas relacionados ao uso do álcool, em todas as faixas etárias. O custo estimado para o Sistema Único de Saúde foi de mais de 60 milhões de reais.

Uso de drogas – o número de internações em 2001 em virtude do uso de outras drogas que não o álcool foi quatro vezes menor daquelas devidas ao alcoolismo.

Deve se ter em mente que os fatores de risco para o uso de álcool e outras drogas são características do indivíduo, seu grupo ou ambiente social.

O uso cada vez mais precoce e mais intenso de substâncias psicoativas, inclusive do álcool, é uma tendência observada em todo o mundo. Muitos estudos apontam o crescimento do consumo de álcool entre os jovens. Dentre as chamadas "drogas lícitas", o tabaco e o álcool são as mais consumidas em todo o mundo, e as que mais causam conseqüências e despesas para os sistemas de saúde de todo o mundo.

Uma política que merece ser considerada é a de redução dos danos causados, na perspectiva de minimizar os efeitos nocivos diretos ou indiretos do uso de drogas. Considerando os problemas com uso de drogas como problemas de saúde pública.

OBJETIVOS E METAS

1. Garantir a participação juvenil na elaboração das políticas públicas na área de saúde;
2. Criar espaços específicos para atendimento dos jovens nas unidades de saúde e atendimento em horários compatíveis com o trabalho e a escola;
3. Enfatizar o trabalho conjunto com a escola e com a família para a prevenção da maioria dos agravos à saúde dos jovens;
4. Garantir a destinação adequada de recursos para subsidiar ações de saúde voltadas à população jovem;
5. Ampliar programas de saúde reprodutiva e prevenção da gravidez na adolescência;
6. Promover atividades instrutivas preventivas para a comunidade jovem;
7. Enfatizar, no currículo dos profissionais de saúde, a formação sobre sexualidade, especialmente do jovem, reforçando a estrutura emocional destes atores;
8. Estimular os professores e profissionais de saúde a identificar a ingestão abusiva e a dependência de álcool, em vez de diagnosticarem apenas as doenças clínicas decorrentes, que são de ocorrência tardia;
9. Valorizar as parcerias com as igrejas, associações, organizações não governamentais na abordagem das questões de sexualidade e uso de substâncias entorpecentes e drogas entre os jovens;
10. Articular as instâncias de saúde e justiça no enfrentamento das questões de drogas;
11. Criar estratégias de profissionalização, de apoio à família e de inserção social dos usuários de drogas;
12. Adotar, especialmente no ambiente escolar, medidas mais efetivas contra o comércio de drogas como forma de coerção à violência e de proteção aos jovens;
13. Tornar mais rígida a restrição do uso de esteróides anabolizantes, permitindo- se o seu uso sob rigoroso controle médico;
14. Desenvolver projetos que valorizem a cultura da periferia, onde os jovens são mais vulneráveis à criminalidade e ao tráfico;
15. Criar programas que ampare os jovens, vítimas de abuso sexual.

AÇÕES

- Disponibilizar, no Sistema Único de Saúde, os exames de HIV e DST, informando aos jovens sobre os mesmos por meio de campanhas de prevenção;
- Garantir acolhimento através de centro especializado em assistência e acompanhamento psicológico, familiar e social do jovem em conflito com a lei, usuário de substâncias psicoativas, incentivando a reinserção social e orientação vocacional, visando ao desenvolvimento da auto-estima e da reintegração do jovem, de forma digna;
- Instituição da guarda comunitária escolar;
- Assegurar, no âmbito das políticas públicas de segurança, prioridade às ações de prevenção, promoção da cidadania e controle social, reforçando a prática do policiamento comunitário, priorizando áreas com altas taxas de violência, promovendo a melhoria da infra-estrutura local, adequadas condições de trabalho policial, remuneração digna e a formação nas áreas de direitos humanos e mediação de conflitos, conforme as diretrizes apontadas pelo PRONASCI;
- Instituir a notificação compulsória dos casos de abuso de álcool, consumo de drogas, violência sexual e física na rede pública e privada de saúde;
- Capacitar os profissionais de saúde, em uma perspectiva multidisciplinar, para lidar com o uso e abuso de substâncias entorpecentes e drogas;
- Cumprir o ECA, sobretudo no que diz respeito às medidas sócio educativas;
- Ampliar o atendimento do telefone 192 possibilitando um serviço público de informação que possibilite aos jovens se informarem sobre saúde, sexualidade e dependência química.

2.2.2. Incentivar o desporto, oportunizar o lazer e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado

DIAGNÓSTICO

O acesso ao esporte de participação ou lazer é uma reivindicação muito presente por larga parcela da Juventude, na medida em que sua oferta tem um efeito direto sobre a diminuição da criminalidade.

A prática do esporte garante a sociabilização, o resgate da auto-estima, além de representar uma alternativa à criminalidade, à drogadição e á falta de emprego e renda.